

PANORAMA DO SETOR LÁCTEO BRASILEIRO DE 2002 A 2015

Janaína Führ, Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina; e-mail: fuhr.janaina@gmail.com

ÁREA TEMÁTICA: TEMAS ESPECIAIS

RESUMO

O setor lácteo brasileiro passou por mudanças na década de 90 em decorrência da abertura comercial, especialmente em relação ao Mercosul, com aumento das importações de leite, ocorrendo inúmeras fusões e aquisições de empresas reestruturando o setor. Tendo nesse período também o Governo abandonado o tabelamento de preços, passando este a ser determinado na forma de acordo bilateral entre produtor e empresa compradora, em função do volume e da qualidade do leite entregue. A questão central do artigo é houve mudança da estrutura do setor lácteo brasileiro? Além disso, objetiva-se realizar uma caracterização do setor lácteo brasileiro de 2002 a 2015, iniciando em 2002 devido à alteração na regulamentação em 2001, considerada a mais importante do setor nos anos 2000. De maneira geral, o Brasil apresenta uma ampla heterogeneidade tanto no rebanho para ordenha, no volume produzido de leite, quanto na produtividade, essa heterogeneidade está presente tanto nas grandes regiões quanto dentre as unidades da federação. Sendo que as regiões Sul e Sudeste se despontam como líderes nesse setor. No que tange aos preços observa-se a presença da sazonalidade no decorrer do ano e o COE apresenta comportamento mais homogêneo. Na caracterização do setor lácteo os dados desagregados por porte dos estabelecimentos indicam um aumento do porte das empresas, tanto em termos de empregos quanto de estabelecimentos, este último apenas para a indústria de fabricação de laticínios. Dados estes que ressaltam uma mudança da estrutura do setor lácteo, através da ampliação do seu porte, dada por ganhos de escala, inovação tecnológica e outros fatores.

PALAVRAS-CHAVE: Setor lácteo; Mudança estrutural; Heterogeneidade produtiva.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil atualmente detém o posto de 6º maior produtor mundial de leite (EMBRAPA, 2010), caracterizando-se por apresentar uma produção distribuída por todo o país, uma

produtividade do gado muito baixa e uma marcante heterogeneidade de processo produtivo. Sendo que o maior percentual da produção láctea brasileira é destinado para o mercado interno, além de o país ser importador líquido na balança comercial de lácteos desde 2009.

A produção interna vem apresentando crescimento contínuo, com risco de queda do preço pago ao produtor devido ao aumento da demanda ser mais tímido, e esse crescimento ocorre devido “à adoção de técnicas mais avançadas de melhoramento genético, melhor qualidade da alimentação e manejo mais adequado dos animais” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2006, p. 4).

O setor lácteo brasileiro passou por mudanças na década de 90 em decorrência da abertura comercial, especialmente em relação ao Mercosul, com aumento das importações de leite, ocorrendo inúmeras fusões e aquisições de empresas reestruturando o setor. Tendo nesse período também o Governo abandonado o tabelamento de preços, passando este a ser determinado na forma de acordo bilateral entre produtor e empresa compradora, em função do volume e da qualidade do leite entregue.

A questão central do artigo é houve mudança da estrutura do setor lácteo brasileiro? Além disso, objetiva-se realizar uma caracterização do setor lácteo brasileiro de 2002 a 2015, iniciando em 2002 devido à alteração na regulamentação em 2001, considerada a mais importante do setor nos anos 2000. O artigo contém 4 seções além desta introdução, sendo que a primeira apresenta uma breve revisão de literatura, subdividida entre a contextualização do período e a contextualização do setor lácteo brasileiro. Nas seções seguintes são apresentadas a metodologia, a discussão e a conclusão, respectivamente.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Contextualização do período

Nos anos 80 a produção industrial brasileira permaneceu estagnada, caracterizada pela “orientação de uma parcela crescente da produção para o mercado internacional” (SUZIGAN, 1991, p. 14), perda de dinamismo do padrão de desenvolvimento anteriormente adotado, redução do ritmo do aumento da produtividade, retração dos investimentos e ampliação do

hiato tecnológico da indústria brasileira em relação à fronteira tecnológica (SUZIGAN, 1991). Destaca-se que a situação da inflação e a imprevisibilidade dos planos políticos de combate à inflação condicionaram as estratégias das empresas brasileiras.

A abertura comercial realizada no Brasil no decorrer dos anos 90, teve desde logo a eliminação completa das barreiras não tarifárias. Sendo que ocorreu um processo considerável de redução das tarifas,

“num período de aproximadamente cinco anos, entre 1990 e 1994, a proteção à indústria foi drasticamente reduzida, com a tarifa alfandegária média caindo a um terço da que havia prevalecido na década anterior ... Em termos efetivos, a proteção da indústria em 1994 já havia alcançado os patamares acordados no âmbito do Mercosul e que teoricamente deveriam ser atingidos em 2006” (CARNEIRO, 2002, p. 313).

De acordo com Carneiro (2002), o regime de câmbio fixo empregado no Brasil “e a consequente valorização do câmbio por um período de cinco anos somou-se à abertura como um importante determinante das transformações na estrutura produtiva e inserção externa” (p. 314). De 1990 até 1998 houve elevação do coeficiente importado, 5,7% e 20,3% respectivamente, indicando uma especialização da estrutura produtiva no contexto da abertura comercial, além disso, a perda de elos da cadeia produtiva ocorreu principalmente nos setores industriais dinâmicos intensivos em tecnologia e capital (CARNEIRO, 2002). “As transformações da estrutura produtiva e do saldo comercial observadas nos anos 90 se fizeram acompanhar de performances distintas das exportações e importações com estas últimas apresentando taxas de crescimento que foram o dobro das primeiras” (CARNEIRO, 2002, p. 331).

O processo de reestruturação da economia brasileira, num contexto de globalização, abertura da economia, estabilização e privatizações, é mais evidente em setores como o automobilístico, em grau significativo nos setores de alimentos e eletrônicos de consumo, e em setores tradicionais como calçados e têxteis (BARROS, GOLDENSTEIN, 1997). Nos setores de alimentos e eletrônicos de consumo “o tamanho do mercado brasileiro somado ao Mercosul tem sido a grande fonte de atração. Tanto empresas nacionais voltaram a investir como grandes internacionais têm nos olhado como a grande alternativa aos mercados saturados dos países desenvolvidos” (BARROS, GOLDENSTEIN, 1997, p. 26).

Em relação às fusões e aquisições que ocorreram no Brasil, entre 1992 e oitavo mês de 1997, Laplane e Sarti (1999) destacam o estudo da FIESP/KPMG que indica que as operações de aquisição tem se concentrado no setor industrial (58,8% das aquisições). Em especial, nos setores de alimentos e bebidas, material de transporte, química e petroquímica, metal mecânica e eletroeletrônica. De acordo com Carneiro (2002), “o setor industrial no qual houve o maior número (o terceiro em valor) de fusões e aquisições” (2002, p. 346) nos anos 90 foi o setor de alimentos. Já as empresas agroalimentares de menor porte, “incapazes de investir para uma melhor inserção, amargaram durável adversidade, pela competição tanto das empresas estrangeiras recém-chegadas como das que, já instaladas, tiveram que se adaptar” (LINS, 2014, p. 105).

As principais características da economia brasileira no período de 1995 até 1998, destacadas por Oliveira e Turolla (2003), foram a busca da consolidação da estabilização, a valorização cambial e o desequilíbrio externo, o período de 1999 até 2002, por sua vez, é caracterizado pelo tripé câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário. Em 2002, a economia brasileira apresenta um cenário de instabilidade econômica decorrente da crise da Argentina, do ataque ao World Trade Center, da crise brasileira de oferta de energia elétrica (“apagão”) em 2001 e da crise eleitoral de 2002.

Conforme Gremaund et al. (2010, p. 486), a crise Argentina teve impacto na saída de capitais e na desvalorização da moeda, consequentemente na elevação dos juros que impactam nas expectativas dos investidores. A crise energética, por sua vez, retrai o consumo e o investimento, enquanto que a crise eleitoral afeta o risco país e o perfil da dívida pública, que passa a apresentar um menor período de maturação. “Em 2001, esse desequilíbrio entre o fluxo de investimentos diretos e o déficit em transações correntes agravou o clima de instabilidade econômica existente à época e ajudou a empurrar a economia para uma grave crise cambial” (BELLO, 2010, p. 22).

Um dos fatores que ajudam a compreender a reversão da tendência de aceleração inflacionária de 2002 já no início de 2003 foi a redução expressiva da demanda interna resultante da política fiscal e monetária restritiva com valorização cambial, elevação da taxa de juros e do superávit primário. Outro fator foi o desempenho favorável das exportações decorrente do crescimento econômico mundial, da desvalorização de 2002 e da elevação dos preços das *commodities*, conforme Gremaund et al. (2010), minimizando o impacto recessivo das políticas acima citadas.

“Os expressivos saldos da balança comercial acumulados entre 2003 e 2007 e os investimentos diretos brutos são explicados pelo cenário internacional favorável com demanda internacional e liquidez, sendo que no processo ocorreu uma relevante acumulação de reservas cambiais” (FÜHR, DIAS, 2015, p. 46). Enquanto isso, no cenário doméstico, o crescimento dos salários e a expansão do consumo das famílias decorrente das transferências via programas de assistência e da expansão do crédito para a pessoa física e o investimento em infraestrutura, ajudam a explicar o crescimento do PIB brasileiro.

“O impacto da crise financeira internacional iniciada em 2007 manifestou-se no Brasil no segundo semestre de 2008, “o superávit comercial encolheu, a bolsa de valores declinou (no final de 2008, a queda tinha sido de 42%) e começou a desvalorização do real (no final desse mesmo ano o dólar teve uma valorização de 32%)” (BAER, 2009, p. 510). A desaceleração do crescimento da China reduziu o preço das *commodities* o que aliado ao cenário de recessão no mundo explicam a redução do superávit. A desvalorização cambial dificultou o controle da inflação e ao mesmo tempo ajuda na competitividade das exportações que “pode ser anulado pela queda da demanda induzida pela recessão em diversos lugares do mundo” (BAER, 2009, p. 511). Neste aspecto, Kooi (2010) destaca que o Banco Central do Brasil elevou a taxa de juros nos meses que antecederam a crise e manteve elevada nos meses seguintes com a finalidade de conter a inflação que se encontrava acima da meta” (FÜHR, DIAS, 2015, p. 47).

Conforme Kooi (2010), algumas medidas adotadas pelo Governo em face à crise foram a redução das reservas mínimas bancárias, a redução dos impostos sobre empresas, investimentos em infraestrutura e no setor imobiliário/construção civil. Além destas medidas pode ser citada a política de expansão do crédito habitacional que tem destaque “na atividade econômica do período pós-crise” (PAIM, 2013, p. 42). A partir de 2011, o governo federal utilizou os bancos públicos com carteira comercial para reduzir a taxa de juros praticada pelos bancos privados, além de incentivar “os bancos públicos a atuar de forma anticíclica, neutralizando a desaceleração da contratação de crédito pelos bancos privados” (CAGNIN et al., 2013, p. 7). Sendo que o PIB brasileiro oscilou de 7,5% em 2010 para -3,8% em 2015, num cenário de crise econômica e política.

Já o cenário do comércio exterior brasileiro desde os anos 90 sofreu alterações significativas, um exemplo disto é o “destino das exportações, a distribuição geográfica das exportações brasileiras em 1998 estava basicamente concentrada com EUA como principal parceiro comercial com 19,3%” (FÜHR, DIAS, 2015, p. 50). Esse cenário se altera, sendo que na “participação dos principais parceiros comerciais brasileiros, se verifica que a

representatividade chinesa é ascendente. O referido movimento fez com que a China se tornasse, em 2009, o país que mais importa produtos brasileiros” (AVILA, 2012, p. 85).

Conforme dados do MDIC (2016), em 2015 a China era destino de 18,6% do total das exportações brasileiras, os EUA representavam 12,6%, a Argentina representava 6,7%, a Holanda representava 5,3% e o Japão representava 2,5% das exportações. Já o destino das exportações brasileiras por bloco econômico encontrava-se distribuído em 2015, conforme dados de MDIC (2016), Ásia (exclusive Oriente Médio) representava 33,2%, União Europeia representava 17,8%, e Mercosul 5 representava 11% do total das exportações brasileiras.

“As perdas de participação das exportações nos “mercados mais tradicionais tiveram como contrapartida um aumento expressivo da participação dos mercados não tradicionais” (RIBEIRO; MARKWALD, 2008, p. 373), tais como China, países da África, Oriente Médio, Europa Oriental, América Central e Caribe. Dois fatores têm destaque na expansão das vendas para esses países, “um aumento dos mercados não tradicionais nas importações mundiais, que o Brasil acompanhou, e uma concentração relativamente maior da demanda de importação desses países em *commodities* agrícolas e minerais produzidos pelo país” (RIBEIRO; MARKWALD, 2008, p. 373). Apenas para África, América Central e Caribe as exportações brasileiras têm participação mais elevada de bens manufaturados. “This trade diversification helped Brazil weather the effects of the crisis, particularly given that China and other EMEs resisted the crisis better and began to recover ahead of the US economy” (KOOL, 2010, p. 4)” (FÜHR, DIAS, 2015, p. 50-51).

Nesse cenário da economia brasileira, seja em decorrência do *boom* das *commodities* ou de outro fator, surge o debate acerca da desindustrialização brasileira. A desindustrialização pode ser definida pela queda sistêmica da participação da indústria no PIB, pelo desempenho do emprego industrial, da produtividade industrial ou do investimento fixo industrial, conforme Bonelli e Pessôa (2010).

Nos países desenvolvidos a desindustrialização ocorreu patamares de PIB *per capita* mais elevados que o Brasil atualmente dispõe, além de acompanhado pelo aumento da participação do setor de serviços na renda e no emprego. Sob o viés ortodoxo, a perda de participação da indústria no PIB é um fenômeno do capitalismo contemporâneo, os patamares de PIB *per capita* mais elevados estão associados ao paradigma da produção em massa, sendo necessário relativizar a análise para o paradigma tecno-econômico onde os serviços estão presentes com maior intensidade.

Já sob um viés mais heterodoxo, esse patamar de PIB *per capita* é problemático, pois não ocorre a eliminação de etapas no processo de absorção tecnológica, sendo a indústria o

motor cumulativo da economia (principalmente no caso da indústria exportadora). Parte se das leis de Kaldor dos ciclos virtuosos de crescimento, com as economias estáticas e dinâmicas de escala. Sendo que para Bresser Pereira primeiro se deprecia o câmbio e então ocorre a melhora da poupança, enquanto que para Pessôa primeiramente eleva a poupança interna e depois melhora o câmbio, para o desenvolvimento da indústria.

Conforme Nassif (2008), na interpretação de Bresser Pereira (2005) e Bastos (2006) a tendência a desindustrialização tem sido reforçada pelas taxas de câmbio baixas e pelo aumento do preço das *commodities* exportadas pelo Brasil. No longo prazo, essa combinação “reduz a competitividade dos bens industrializados, redireciona a especialização para produtos primários e/ou industrializadas intensivos em recursos naturais e potencializa os riscos de crise cambial” (NASSIF, 2008, p. 73).

Na análise de Nassif (2008), não é possível concluir que o país

“tenha apresentado um processo de desindustrialização, porque não se assistiu a um processo generalizado de mudança na alocação dos recursos produtivos e no padrão de especialização dos setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciada e *science-based* para as indústrias tecnologicamente baseadas em recursos naturais e trabalho” (p. 89).

Bonelli e Pessôa (2010) destacam que a perda de importância quantitativa da indústria, em termos de produção e emprego, reflete os ganhos de produtividade da indústria, as mudanças de padrão de comércio, a introdução de novas tecnologias, economias de escala e os ganhos de produtividade decorrentes destes que resultam em alteração dos preços relativos e a terceirização de atividades. Desde o cenário de combate da inflação, abertura comercial até o debate sobre a mudança da estrutura interna da indústria insere-se o setor lácteo, a seguir uma caracterização desse setor no período.

2.2 Contextualização do setor lácteo brasileiro

O processo de abertura comercial ocorrido na década de 90 no Brasil, gerou aumento das importações do setor lácteo, especialmente oriundas do Mercosul. O setor passou por

realocação de sua estrutura, sendo que as fusões e aquisições resultaram em um aumento do porte de parte dessas empresas, além da mudança de estrutura jurídica das mesmas.

As características que cooperaram para que a indústria de alimentos ter sido a líder no número de fusões e aquisições são:

“...a saturação do mercado consumidor nos países desenvolvidos, limitando dessa forma a expansão da indústria de alimento; o poder das cadeias de distribuição estimula a busca de mercados mais atraentes, pois os grandes supermercados tem pressionado as margens de lucro do setor produtivo; necessidade de maiores escalas de produção que justifiquem os custos em *marketing* e propaganda; reorganização dos negócios, com focalização das atividades; e a entrada em novos mercados consumidores regionais ou locais, muitas vezes mantendo-se a marca adquirida” (SEBRAE 1997 apud CARVALHO, 2000, p. 4).

A Instrução Normativa número 51 do MAPA, instaurada em 2002, contém normas sanitárias a serem adotadas pelo setor tais como a refrigeração e transporte do leite. Regulamenta também a questão do uso de medicação no rebanho, além de requerer padrões de qualidade físicos, químicos e microbiológicos do leite cru. Com a Instrução Normativa número 51 de 2002 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), alteração mais significativa ocorrida no setor lácteo após a década de 90, foram estabelecidas normas para um controle mais rigoroso da qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores, revisando a regulamentação brasileira que é tida como desatualizada em relação aos países desenvolvidos atuantes no setor lácteo, requerendo investimentos por parte dos produtores para se adequarem.

Essas alterações resultaram na ampliação da concorrência a um nível mais sistêmico, aumento da dispersão de preços pagos ao produtor; “seleção mais rigorosa dos participantes do mercado e expulsão de produtores da atividade ou para a informalidade; negociações mais rígidas entre fornecedores e clientes; e mudanças nas relações entre agentes” (BANKUTI, SOUZA FILHO, BANKUTI, 2007, p. 3). De maneira geral, “o número de produtores de leite nas últimas décadas caiu substancialmente, sendo que a média de fornecimento torna-se cada vez maior por produtor” (BARROS, FACHINELLO, SILVA, 2011, p. 39).

O preço do leite tem como característica principal a instabilidade, estando associado aos períodos de oferta abundantes e os de entressafra (períodos de escassez), sendo que neste último período há uma intensa disputa entre as empresas captadoras. Essas fortes oscilações dificultam os investimentos e a manutenção no setor dos pequenos produtores que são mais

sensíveis aos preços. Essa situação foi agravada com o fim do tabelamento de preços por parte do governo na década de 90 e sua saída do mercado como demandante devido ao arrefecimento dos programas sociais do leite, sendo que os produtores tiveram que se adequar ao sistema de preços de mercado.

No contexto de compra de empresas no Brasil por empresas estrangeiras

“As aquisições maciças na cadeia do leite estão relacionadas ao fim da interferência estatal no mercado do produto, no início da década de 90. Isto envolvia tanto a fixação dos preços, pois os mesmos eram tabelados pelo Governo, quanto a quantidade demandada, em função da perda de importância dos programas sociais oficiais de distribuição do leite. Não bastasse isso, o incentivo às importações, devido à liberalização comercial e à apreciação cambial, levou os grandes grupos nacionais e internacionais situados na ponta da cadeia de processamento a importarem matéria-prima” (Benetti, 2004, p. 40).

Com o fim do tabelamento inúmeras distorções e ineficiências do sistema foram expostas, tais como a baixa produtividade e qualidade do leite e a precariedade da infraestrutura de transporte. “Iniciou-se um intenso processo de mudanças de ordem produtiva, dentre as quais se destacam a coleta a granel do leite nas propriedades e o processo de ultrapasteurização do leite” (BANKUTI, SOUZA FILHO, BANKUTI, 2007, p. 2).

Ocorre nesse processo de ajustamento do setor uma seleção natural dos produtores especializados que operam com escala, sendo fator de destaque o “acesso privilegiado por parte dos produtores mais capitalizados aos instrumentos tradicionais de políticas públicas (crédito, assistência técnica, pesquisa, ações de fomento e controle sanitário)” (SOUZA, 2007, p. 36). Além disso, os produtores especializados investem em tecnologia e em melhoramento genético do rebanho, usufruindo “das economias de escala e diferenciam seu produto, recebendo mais pelo volume produzido e pela qualidade alcançada” (HOTT; CARVALHO, 2007, p.1).

Os produtores rurais de leite *in natura*, em geral, vêm atravessando períodos de rentabilidade adversa, já que o preço do leite ao produtor tem apresentado elevação inferior a alguns de seus insumos. “Entre 2000 e 2005, enquanto o índice nominal de preço nominal do leite recebido pelo produtor (IPR) subiu cerca de 63,5%, o índice de preços pago (IPP) aumentou cerca de 91,3%” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2006, p.2). O crescimento da

demanda de leite tende a ser modesto e o aperto da margem de rentabilidade é verificado no âmbito do produtor rural, nos laticínios e no próprio varejo.

A produção de leite é dominada “por produtores pouco ou nada especializados, com interesses divididos entre a venda sazonal de pequenos volumes de leite de baixo custo e qualidade e a venda de animais mestiços e de corte” (JANK, 1998?, p. 4). Em termos de concentração da cadeia produtiva do leite no Brasil em 2009, “as cinco principais redes de varejo faturam 62% do setor, os cinco maiores laticínios captam 33% do leite brasileiro e os cinco maiores produtores ofertam apenas 0,4% do leite nacional sob inspeção” (CARRVALHO, et al., 2010, p. 5).

O leite em relação á agropecuária como um todo está entre os seis produtos mais importantes pelo seu elevado valor agregado, sendo que este setor além de produzir alimentos gera empregos e renda (ZOCCAL, GOMES, CARVALHO, 2004?). Para a produção de leite praticamente não há barreiras á entrada, sendo que para o pequeno produtor os riscos e o retorno do investimento são baixos, explicando o fato da maioria dos produtores do setor ainda serem pequenos, processo esse que apresenta indícios de reversão devido á modernização da atividade.

Na esfera da produção primária,

“A maior concentração na esfera industrial ampliou ainda mais o seu poder na relação com os produtores, que permaneceram, cada vez mais, como tomadores de preços. É que “[...] os laticínios têm buscado [...] ganhos de eficiência. Isso tem levado a uma redução no número de fornecedores sem que haja queda no volume de captação, o que proporciona redução no custo de captação de leite” (CARVALHO, 2010, p. 4)” (LINS, 2014, p. 114).

As mudanças ocorridas nesse mercado, tais como as fusões e a Instrução Normativa número 51, condicionam o atual cenário do setor lácteo brasileiro, com destaque para as adaptações tecnológicas e os ganhos de escala. Na seção a seguir é apresentada a metodologia para a caracterização do setor lácteo brasileiro.

3 METODOLOGIA

Na caracterização do panorama geral do setor lácteo brasileiro são empregados dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde são obtidos os dados a cerca do tamanho do rebanho bovino destinada à produção leiteira e da produtividade em litros de leite. Esta é calculada dividindo o volume da produção de leite, em litros, pelo tamanho do rebanho ordenhado.

Em relação ao número de empregados e de estabelecimentos do setor são empregos os dados da RAIS do Ministério do Trabalho (MTE), de 2002 a 2015. Como houve alteração da metodologia no decorrer da série histórica, é realizada a correspondência dos CNAE's 1051-1 e 1052-0 para a CNAE 95, respectivamente, 15415 e 15423. Para a análise por porte da empresa esses dados são agrupados conforme a classificação de porte da empresa do setor industrial do SEBRAE, microempresa (até 19 empregados), pequena (de 20 a 99 empregados), média (de 100 a 499 empregados) e grande empresa (mais de 500 empregados).

A seguir são apresentados os dados referentes ao comércio exterior do setor, obtidos junto ao MDIC, nas bases da Aliceweb e Funcex. O recorte setorial para o panorama geral abrange os CNAE's 1051-1/00 e 1052-0/00, respectivamente preparação de leite e fabricação de laticínios. Esses dados tem periodicidade anual, de 2005 a 2014, ano no qual inicia a série da base da Funcex.

Já a categoria leite em pó, compreende os NCM's (Nomenclatura Comum do Mercosul) 04021010, 04022110 e 04021090. Os dados referentes à importação desta categoria tem periodicidade mensal, de 2002 a 2015, obtidos juntos à base Aliceweb. Para a análise foram empregadas as importações de leite em pó oriundas do Mercosul, dada a proximidade geográfica desses países. A categoria do leite em pó foi selecionada para tal finalidade, pois representava 82,3% das importações de lácteos em dezembro de 2015, conforme dados do CEPEA (2016). Destaca-se que a escolha de ambos os recortes setoriais é baseada nos NCM's empregados pela CEPEA no Boletim do leite (2015), de 0401 a 0406.

Será empregado também na análise o índice de custo operacional efetivo (COE), despesas correntes que o produtor tem ao longo do mês, tais como alimentação do rebanho e medicamentos, desconsiderando o pró-labore do produtor e a depreciação das instalações, elaborado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). A periodicidade da série disponibilizada pelo CEPEA inicia em janeiro de 2008. A série referente ao preço bruto pago pelos laticínios, incluso o frete e a CESSR (ex-Funrural), inicia em janeiro de 2002, com periodicidade mensal. Esta foi deflacionada pelo índice de preço ao

consumidor amplo (IPCA). A seguir é apresentada a análise do panorama geral do setor lácteo no Brasil de 2002 a 2015.

4. DISCUSSÃO

4.1 Produção primária

O setor lácteo brasileiro é caracterizado pela heterogeneidade na produção de leite e na produtividade. O rebanho brasileiro de vacas ordenhadas passou de aproximadamente 18,8 milhões de cabeças em 2002 para 23,1 milhões em 2014. Entre as regiões, a Sudeste possui o maior rebanho, 7,9 milhões de cabeças em 2014, seguida pelo Nordeste, com 4,7 milhões de cabeças. Entre as unidades da federação, Minas Gerais, Goiás e Bahia apresentam o maior rebanho de vacas ordenhadas, representando 46% do total brasileiro.

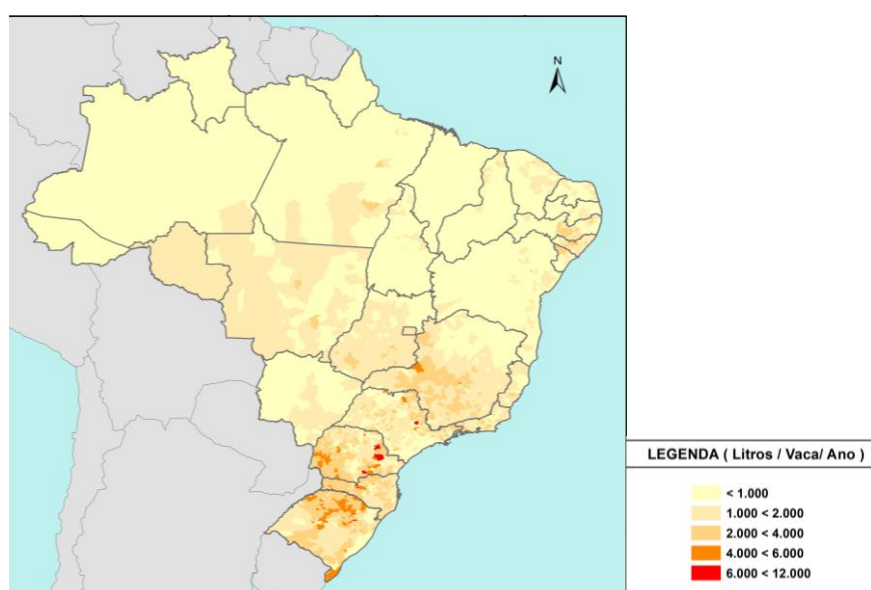
Já o volume de leite produzido no Brasil passou de 21,6 trilhões de litros em 2002 para 35,2 trilhões de litros em 2014. Em 2014, a região Sul torna-se a maior produtora de leite, ultrapassando a região Sudeste que detém esta colocação nos demais anos da série. Estas duas regiões produzem cerca de 69% da produção nacional em 2014. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná apresentam a maior produção de leite dentre os estados, aproximadamente 53% do total nacional, revelando uma concentração na produção.

A produtividade brasileira, obtida da divisão do volume da produção de leite pelo rebanho ordenhado, vem apresentando crescimento contínuo, passando de aproximadamente 1.152 litros por vaca ao ano, em 2002, para 1.525 litros por vaca ao ano, em 2014. Nas grandes regiões, a Sul apresenta a maior produtividade em 2014, 2.788 litros de leite por vaca ao ano, seguida pela Sudeste e Centro-Oeste, com respectivamente 1.533 e 1.315 litros de leite por vaca ao ano. O diferencial da produtividade é mais visível nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente 876 e 818 litros de leite por vaca ao ano, aproximadamente 30% do valor da produtividade da região Sul.

Entre as unidades da federação o diferencial é ainda mais amplo, o Rio Grande do Sul apresenta produtividade de 3.034 litros por vaca ao ano, seguido por Santa Catarina com 2.694, já o estado com menor produtividade é Roraima com 335 litros por vaca ao ano. A

heterogeneidade da produtividade não está presente apenas entre as regiões e as unidades da federação, a mesma está presente dentro dos estados, a figura 1 evidencia os diferenciais da produtividade a nível municipal. Dados estes enfatizando a amplitude da dispersão da produção de leite no Brasil, destaca se que a heterogeneidade está presente dentro das próprias regiões, convivendo produtores pouco ou nada especializados com produtores especializados que operam em escala.

Figura 1 – Produtividade do rebanho leiteiro brasileiro a nível municipal, 2014

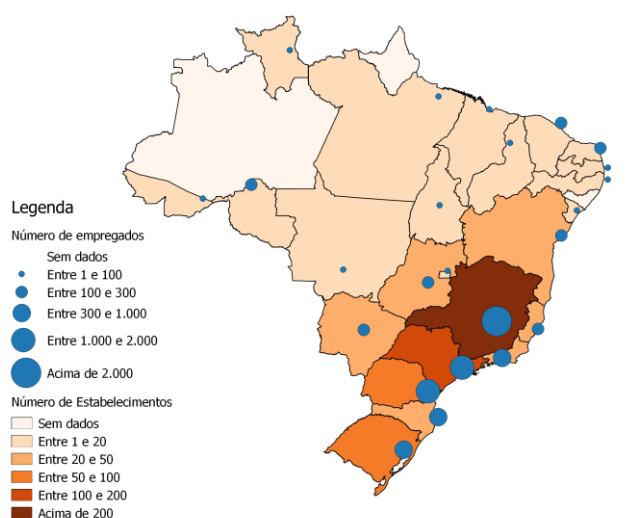


Fonte: Embrapa, 2016.

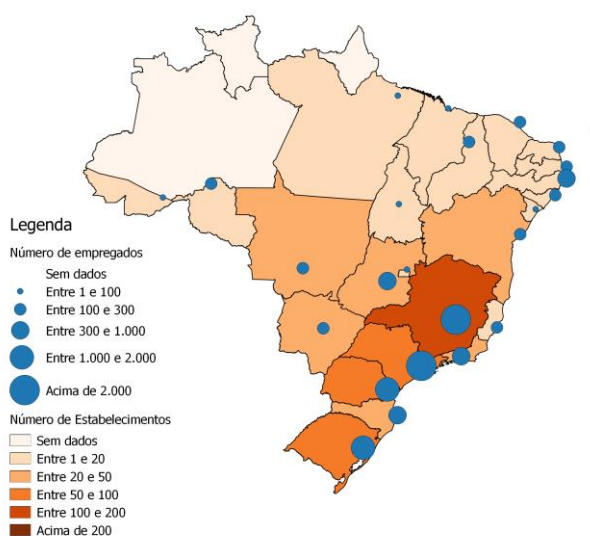
4.2 Estabelecimento e emprego

A partir do contexto de heterogeneidade da produção primária do setor lácteo analisa-se o emprego e o número de estabelecimentos da indústria de preparação de leite e de fabricação de laticínios. A indústria de preparação de leite é apresentada na figura 2, onde o tamanho do círculo representa o número de empregados e a cor do mapa representa o número de estabelecimentos.

Figura 2 – Distribuição espacial dos empregos e estabelecimentos da indústria de preparação de leite, 2002 e 2015



2002



2015

Fonte: Elaboração própria apartir de dados do MTE.

No Brasil houve redução do número de estabelecimentos do setor, de 812, em 2002, para 748, em 2015, observa-se que essa redução apresenta oscilações no decorrer do período, constavam 848 e 774 estabelecimentos em 2004 e 2006, respectivamente, sendo que a partir de 2011 observa-se uma tendência de queda gradual. Entre os estados, observa-se uma queda

expressiva do número de estabelecimentos em Minas Gerais e São Paulo, de 254 em 2002 para 198 em 2015 e de 132 para 82, respectivamente. No caso de Minas Gerais houve uma breve recuperação entre 2009 e 2011, e volta da tendência da queda após esse período. Destaca-se ainda que a maior concentração dos estabelecimentos ocorre nas regiões Sudeste e Sul, 68% do total de 2015, fato condizente com a localização da produção primária do setor.

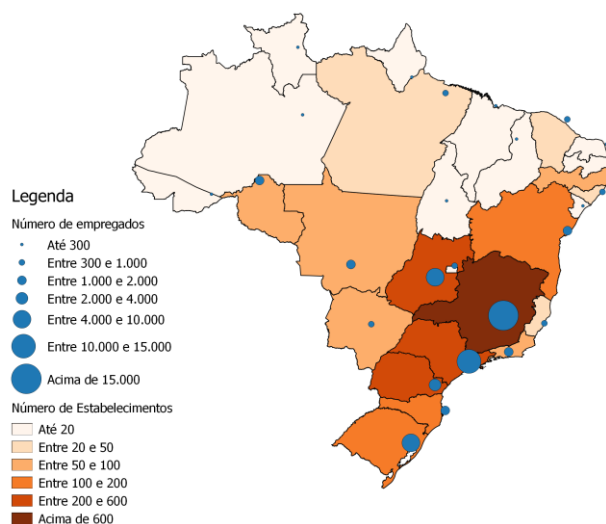
Já o número de empregos no Brasil do setor de preparação de leite apresentou elevação no período, passando de 8.805 empregos, em 2002, para 13.928 empregos, em 2015. Entre os estados destaca-se a elevação do número de empregos em Minas Gerais, de 2.386 para 3.934, sendo que este ultrapassa São Paulo em 2011 e se torna o estado com o maior número de empregos no setor. São Paulo, por sua vez, mantém um crescimento com oscilações no período, destacando a redução de empregos de 2008 para 2009, de 3.348 para 2.912 respectivamente.

Um estado destaque foi o Rio Grande do Sul que passou de 418 empregos para 1.390 empregos entre 2002 e 2015, e Santa Catarina que dobrou o número de empregos no setor, de 231 para 467 empregos. As regiões Sudeste e Sul concentram os empregos do setor de preparação de leite, 81% do total de empregos do setor em 2015.

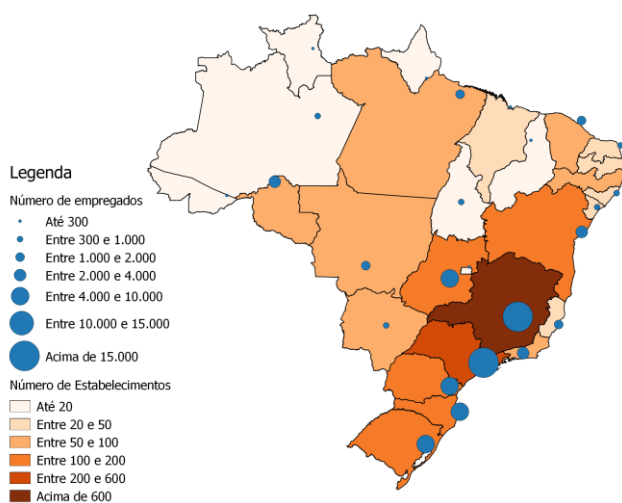
A indústria de fabricação de laticínios brasileira, figura 3, por sua vez, apresenta um volume maior de empregos e estabelecimentos quando comparada à de preparação do leite, a última representa 4% e 30%, respectivamente, do total da indústria de fabricação de laticínios em 2015. No Brasil, a indústria de fabricação de laticínios apresentou redução gradual do número de estabelecimentos de 3.061, em 2002, para 2.559, em 2015.

Entre os estados observa-se uma redução do número de estabelecimentos em Minas Gerais, de 947 para 806, sendo que a redução mais abrupta ocorreu de 2005 para 2006, redução de 80 estabelecimentos. Mesmo com a redução Minas Gerais detém 31% dos estabelecimentos do setor em 2015. Nos estados de São Paulo e Goiás ocorreu uma redução expressiva do número de estabelecimentos entre 2002 e 2015, passando de 591 para 231 e de 323 para 179 estabelecimentos, respectivamente.

Figura 3 – Distribuição espacial dos empregos e estabelecimentos da indústria de fabricação de laticínios, 2002 e 2015



2002



2015

Fonte: Elaboração própria apartir de dados do MTE.

O setor apresentou elevação do número de empregos no Brasil no período de 2002 e 2015, passando de 53.963 para 87.828, respectivamente. Essa elevação ocorreu de maneira contínua até 2014, em seguida apresentou uma queda de 1.716 empregos. Dentre as unidades da federação, Minas Gerais se consolida como líder do setor em termos empregos,

representando 27% do total de empregos do setor. Este apresenta tendência de crescimento do emprego no período analisado, passando de 16.890 para 24.107 empregos.

Ainda em relação ao número de empregos do setor, os estados de São Paulo e Paraná se destacaram pela ascensão dos empregos, passando de 10.994, em 2002, para 16.343, em 2015, e de 3.774 para 7.962, respectivamente. Ressalta-se ainda que em muitos estados duplicou ou triplicou o número de empregos, e na Paraíba esse valor quadriplicou, apesar do seu montante ser inferior a 1.000 empregos. Os empregos do setor de fabricação de laticínios estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul, representando 72% do total de empregos de 2015.

A partir dos dados acima se observa que houve redução do número de estabelecimentos e aumento do número de empregos, para compreender esse resultado é realizada a análise dos dados agrupados por porte da empresa para 3 anos selecionados. O ano de 2007 foi escolhido para compor a análise por se tratar do último ano antes da crise financeira internacional afetar o Brasil (BAER, 2009), sendo que esta deturpa os dados, representando uma alteração de curto prazo e não necessariamente uma mudança da estrutura do setor.

Na indústria brasileira de preparação de leite observa-se que o porte dos estabelecimentos é caracterizado por microempresas, 88% do total dos estabelecimentos, em 2002, e 83%, em 2015. Destaca-se a ampliação do número de pequenas e médias empresas, no decorrer do período, de 81 para 93, e de 12 para 27 estabelecimentos, respectivamente. As empresas de médio e grande porte localizam-se majoritariamente nas regiões Sudeste e Sul.

Os empregos, por sua vez, encontram-se mais distribuídos entre os portes das empresas, sendo que em 2002 as microempresas detinham o maior número de empregos, em 2007 foram as pequenas empresas e em 2015 foram as médias empresas. Esse processo detonando uma alteração da estrutura do setor seja por ganhos de escalas, inovação tecnológica ou outros fatores. Apesar disso, houve aumento do emprego nas microempresas entre 2002 e 2015, passando de 3.432 para 3.455 empregos, enquanto que as empresas de médio passaram de 1.671 para 4.691 empregos, respectivamente. Processo similar ocorre nos estados, principalmente na região Sudeste e Sul, sendo que no ano de 2007 os valores oscilam como no caso de Goiás e Espírito Santo.

Em relação aos estabelecimentos da indústria de fabricação de laticínios percebe-se uma redução da participação das microempresas no total, de 83%, em 2002, para 72%, em 2015. O número de microempresas no Brasil decaí nos 3 anos (2002, 2007 e 2015), enquanto que os demais portes apresentam crescimento contínuo no mesmo período, sendo que os estados apresentam tanto esse comportamento como o aumento das microempresas.

O destaque, em termos de emprego na indústria brasileira de fabricação de laticínios, é que nos 3 anos da análise as empresas de médio porte detêm a maior participação no emprego total, passando de 38%, em 2002, para 41%, em 2015. As microempresas apresentam redução dos empregos, em todo o período, passando 12.634 para 9.805 empregos, enquanto que as empresas dos demais portes apresentam crescimento contínuo. As empresas de grande porte passaram de 4.544 empregos, em 2002, 9.801 em 2007, para 19.176 em 2015, correspondendo a 52% dos empregos das médias empresas em 2015.

Nos estados da região Norte o predomínio dos empregos é nas empresa de pequeno porte, na região Nordeste nas empresas de médio porte, a exceção da Bahia onde o destaque é a empresa de grande porte. Mesmo caso que ocorre na região Sudeste, onde a exceção é o estado de São Paulo, na região Centro-Oeste, com Goiás. Já na região Sul predominam, em termos de empregos, as médias empresas. De maneira geral, os dados desagregados por porte dos estabelecimentos indicam um aumento do porte das empresas, tanto em termos de empregos quanto de estabelecimentos, este último apenas para a indústria de fabricação de laticínios.

4.3 Comércio exterior

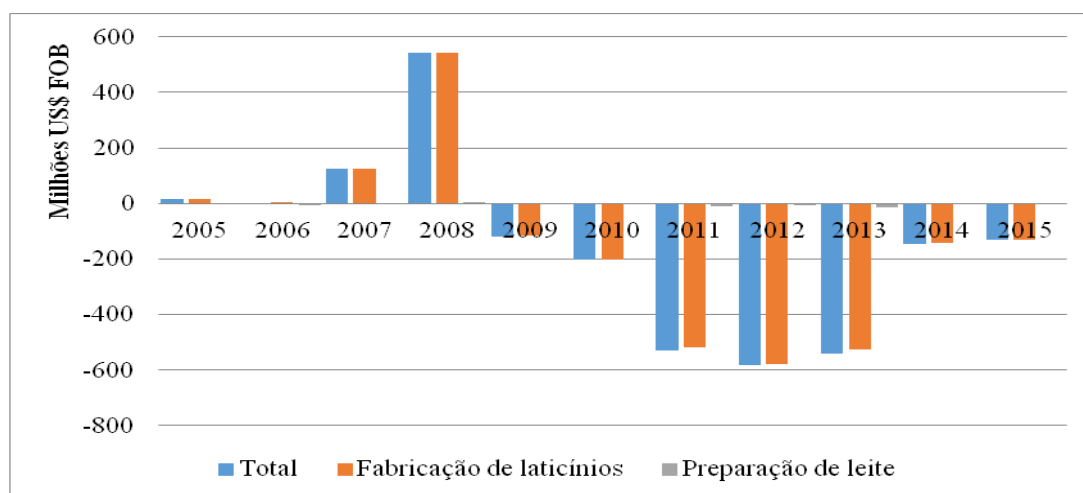
Já balança comercial de setor lácteo brasileiro é apresentada no gráfico 1, em geral percebe-se que esta foi deficitária ao longo do período, à exceção dos anos de 2005, 2007 e 2008. A balança comercial passa de aproximadamente US\$ 15,2 bilhões em 2005 para 542,7 em 2008, ano de pico do superávit. Ressalta-se que para o ano de 2008 não ocorreram importações neste setor, conforme dados da Funcex, sendo o único ano da série em que isto ocorreu. Em 2012 ocorre o maior déficit, aproximadamente US\$ 584 bilhões, a partir de então

há redução do valor do déficit até 2014 com US\$ 145,6 bilhões e fecha 2015 em US\$ 131,4 bilhões.

Ao analisar separadamente os componentes da balança comercial láctea destaca-se que o segmento de fabricação de laticínios detém quase a totalidade da participação no total. Assim, a balança comercial do segmento é muito similar à balança comercial do setor lácteo, sendo que passou a ser deficitária em 2009, com maior déficit em 2012, aproximadamente US\$ 577 bilhões. Os estados de Minas Gerais, São Paulo Paraná e Rio Grande do Sul se destacam nas exportações deste segmento por unidade da federação no período analisado, já nas importações São Paulo e Espírito Santo se sobressaem.

Já o segmento de preparação de leite foi deficitário em todo o período, à exceção de 2008, passando de US\$ 509 mil em 2005 para aproximadamente US\$ 397,7 milhões em 2015. Esse segmento, em termos de unidade da federação, não apresenta nenhum estado com liderança consolidada na exportação, já na importação esse segmento é destaque nos estados da região Sul e São Paulo, este último apresentando alta variabilidade nos montantes importados. Esse segmento possivelmente apresenta maior representatividade para o mercado interno, dada a maior perecibilidade dos produtos que compõem o segmento.

Gráfico 1 – Balança comercial láctea brasileira, em milhões US\$ FOB, 2005 – 2015

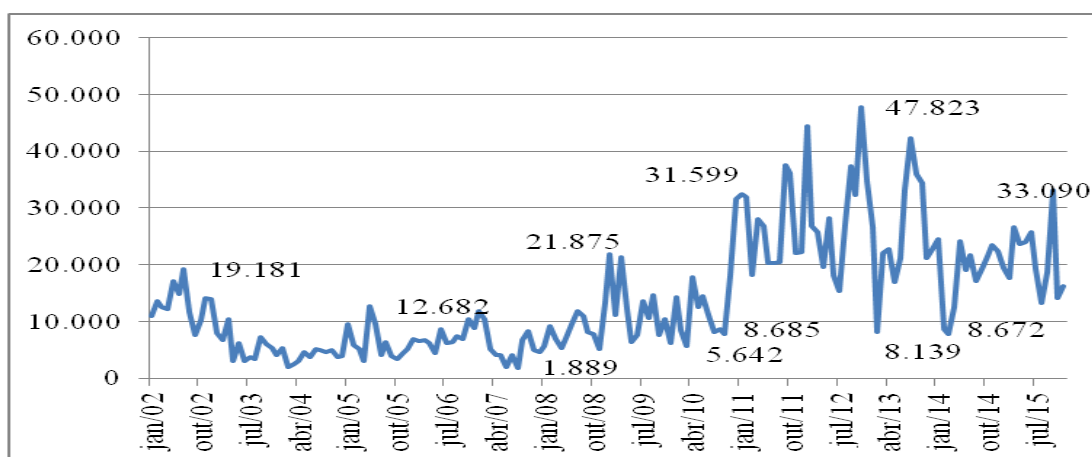


Fonte: Elaboração própria apartir de dados da Funcex.

Ressalta-se que a inversão na balança comercial total e dos segmentos ocorreu em 2009, influenciada pela crise financeira internacional. Conforme CEPEA (2009), “os preços internacionais do leite em pó integral, produto de maior participação na pauta de exportações de lácteos brasileiras, registraram quedas expressivas desde o segundo semestre de 2008” (p. 4). Ainda conforme a CEPEA (2009), os preços do leite em pó integral na Oceania e Europa, mercados de referência, reduziram respectivamente 57% e 51% entre julho de 2008 e fevereiro de 2009.

Em relação às importações de leite em pó provenientes do Mercosul, gráfico 2, é necessário ressaltar que o NCM 04022110, leite integral, em pó, com um teor, em peso, de matérias gordas, superior a 1,5 %, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes; responde por mais de 50% do total das importações de leite em pó. Somente em 6 meses esse fato não ocorre. Destaca-se o aumento expressivo das importações a partir de novembro de 2010. Ressalta-se que o leite integral em pó e o leite em pó apresentaram aumento significativo do volume importado a partir de 2011, sendo que na categoria outros leites, cremes, em pó, com um teor, em peso, de matéria gorda $\leq 1,5\%$, concentrado, adocicado, esse aumento já inicia em 2010.

Gráfico 2 – Total de importações de leite em pó oriundas do Mercosul, 2002 a 2015, em mil US\$ FOB



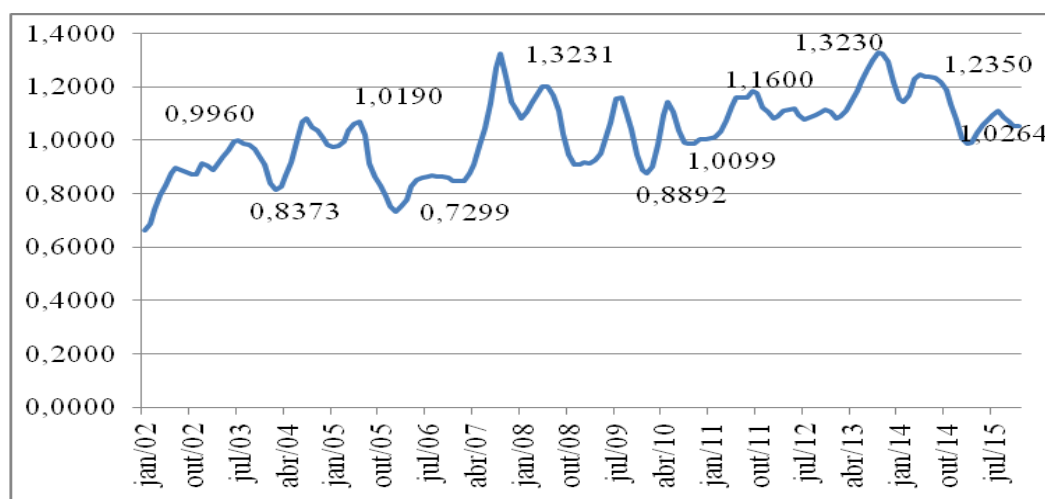
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Aliceweb.

4.4 Preços

No gráfico 3 observa-se o preço médio do leite passou de R\$ 0,6602 por litro, em janeiro de 2002, para R\$ 1,0534, em dezembro de 2014, sendo que em setembro de 2013 ocorreu o pico da série R\$ 1,3286. A oscilação do preço médio observada ao longo do ano está relacionada com os períodos de oferta abundante de leite e os períodos de entressafra (períodos com escassez de oferta de leite).

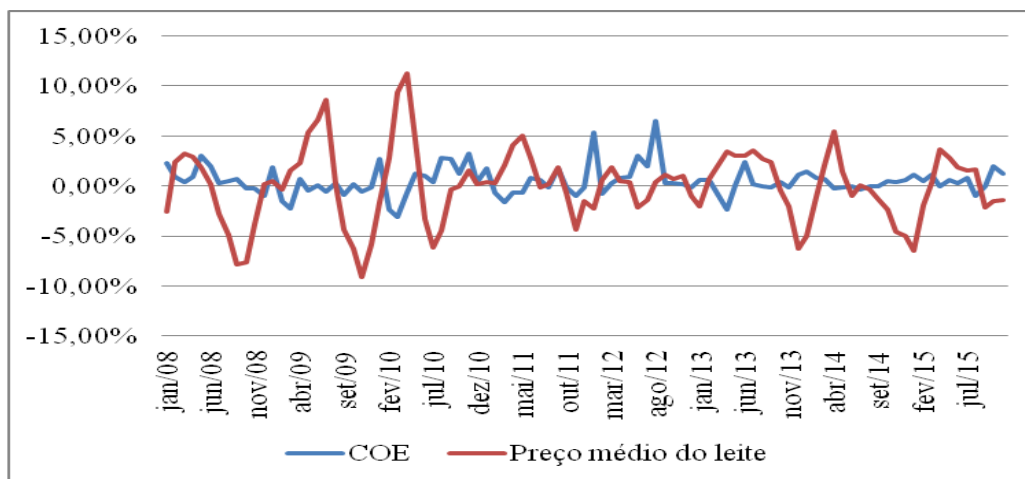
Com base nos dados da CEPEA é realizada a comparação entre a variação do preço médio do leite pago ao produtor (R\$/L), inclusos frete e CESSR, deflacionado pelo IPCA de novembro de 2015, e a variação do índice de custo operacional efetivo. Devido à disponibilidade de dados essa análise inicia em janeiro de 2008. Os dados do gráfico 4 ressaltam a volatilidade do preço médio do leite ao longo do ano, além de sua amplitude. Já o COE apresenta variação mais homogênea ao longo do ano e no decorrer da série. A soma da variação do preço médio foi de 1,2% na série analisada, já para o COE foi de 46,9%. Esses dados indicam uma ampliação do custo do produto superior à ampliação do preço que o mesmo recebe.

Gráfico 3 – Evolução do preço médio do leite pago ao produtor (R\$/L)*, em valores brutos (inclusos frete, CESSR), de 2002 a 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CEPEA. *Valores deflacionados pelo IPCA de novembro/2015.

Gráfico 4 – Variação do preço médio bruto do leite*, e variação do índice COE, jan/2008 – nov/2015



Fonte: Elaboração própria apartir de dados do CEPEA. *Valores deflacionados pelo IPCA de novembro/2015.

De maneira geral, observa-se que a produção primária láctea no Brasil apresenta heterogeneidade nos diversos níveis geográficos, sendo que há redução do número de estabelecimentos e elevação dos empregos no setor lácteo. Estes últimos indicam uma alteração da estrutura das empresas do setor, através da ampliação do seu porte. No que tange aos preços observa-se a presença da sazonalidade no decorrer do ano e o COE apresenta comportamento mais homogêneo.

5. CONCLUSÃO

De maneira geral, o Brasil apresenta uma ampla heterogeneidade tanto no rebanho para ordenha, no volume produzido de leite, quanto na produtividade, essa heterogeneidade está presente tanto nas grandes regiões quanto dentre as unidades da federação. Sendo que as regiões Sul e Sudeste se despontam como líderes nesse setor.

Na caracterização do setor lácteo os dados desagregados por porte dos estabelecimentos indicam um aumento do porte das empresas, tanto em termos de empregos quanto de estabelecimentos, este último apenas para a indústria de fabricação de laticínios. Dados estes que ressaltam uma mudança da estrutura do setor lácteo, dada por ganhos de escala, inovação tecnológica e outros fatores.

Constatou-se que o setor lácteo brasileiro apresenta déficit na balança comercial desde 2009, com predomínio do segmento de fabricação de laticínios. Em relação à margem de ganho do produtor, no período de 2008 a 2015, os dados referentes ao COE apresentam maior soma de variação do que o preço médio recebido pelo produtor. Para trabalhos futuros sugere-se a desagregação de indicadores de concentração, tanto na produção primária quanto no setor industrial, para verificar o impacto desta mudança de estrutura do setor lácteo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALICEWEB. **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior**. Disponível: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>> Acesso em: jun. 2016.

AVILA, R. I. “Efeito-China” no comércio externo brasileiro e gaúcho pós 2000. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, no. 4, p. 83-92, 2012.

BAER W. **A economia brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 2009.

BANKUTI, S. M. S.; SOUZA, H. M. de; BANKUTI, F. I. **Estruturas de governança na cadeia produtiva do leite: uma comparação de casos no Brasil e na França**. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2007. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/6/968.pdf> Aceso em: 20 out. 2012.

BARROS, G. S. de C.; FACHINELLO, A. L.; SILVA, A. F. **Desenvolvimento metodológico e cálculo do PIB das cadeias produtivas do algodão, cana-de-açúcar, soja, pecuária de corte e leite no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pibpec/PIB_Cadeias_relatorio2009_10.pdf> Acesso em: 30 set. 2014.

BARROS, J. R. M.; GOLDENSTEIN, L. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 17, no. 2, p. 11-29, 1997.

BELLO, T. S. A volta do déficit em transações correntes: algumas considerações. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 38, no. 1, p. 21-26, 2010.

BENETTI, M. D. “Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul, nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização”. In: **Globalização e desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós 1990**. Porto Alegre: FEE, 2004, p.15-70.

BONELLI, R.; PESSÔA, S. A. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. **Textos para Discussão**, Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getúlio Vargas, TD7, 2010.

CAGNIN, R. F. et al. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, no. 97, ISSN 0101-3300, nov. 2013.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2002.

CARVALHO, G. R. et al. “**Concentração na cadeia produtiva do leite: o Brasil no contexto internacional**”. 8º CONGRESSO INTERNACIONAL DO LEITE, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, jul. 2010. Disponível em <http://www.cileite.com.br/sites/default/files/2010_07_concentracao%20na%20cadeia%20produtiva%20do%20leite.pdf> Acesso em: 21 set. 2016.

CARVALHO, G. R.; OLIVEIRA, A. F. de. **Leite e Derivados** - Setembro 2006. Conjuntura Agropecuária. Disponível em: <http://www.cnpm.embrapa.br/conjuntura/0609_Leitederivados.pdf> Acesso em: 20 out. 2012.

CARVALHO, V. R. F. **Mudanças patrimoniais na indústria de laticínios do Rio Grande do Sul: os principais grupos econômicos nas décadas de 80 e 90**. 2000. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s3a8.pdf> Acesso em: 20 out. 2012.

CEPEA. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/>> Acesso em: maio 2016.

_____. **Boletim do Leite**, nº 177, maio, 2009. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/leite/boletim/177.pdf>> Acesso em: maio 2016.

_____. **Boletim do Leite**, nº 247, dez, 2015. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/leite/boletim/247.pdf>> Acesso em: maio 2016.

_____. **Boletim do Leite**, nº 248, jan, 2016. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/leite/boletim/248.pdf>> Acesso em: maio 2016.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola. **Centro de Inteligência do Leite**, 2016. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/content/brasil-produtividade-do-rebanho-leiteiro-munic%C3%ADpios>> Acesso em: 21 set. 2016.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola. **Circular técnica nº104**, 2010. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/886169>> Acesso em: 26 out. 2011.

FUNCEX. **Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.funcex.org.br/>> Acesso em: jun. 2016.

FÜHR J.; DIAS, M. H. A. **Transmissão de política macroeconômica: o caso de Brasil e Alemanha**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

GREMAUND, A. P. et al. **Economia brasileira contemporânea**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOTT, M. C.; CARVALHO G. R. **Análise espacial da concentração da produção de leite no Brasil e potencialidades geotecnológicas para o setor.** XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 2007. Disponível em: <<http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.01.20.22/doc/2729-2736.pdf>> Acesso em: 20 out. 2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>> Acesso em: jan. 2016.

JANK, M. S. **Competitividade do sistema agroindustrial do leite.** Disponível em: <http://www.fundace.org.br/leite/arquivos/projetos_priorizados/elaboracao_competitividade_industrial/bibliot/vol_ii_Leite%20Competitividade_jank.pdf> Acesso em: 20 out. 2012.

KOOI, W. J. Distance says it all? What the global crisis tells us about the resilience of Mexico and Brazil. **ECFIN Economic Briefs**, Bruxelas, no. 8, 8p., ISSN 1831-4473, mar. 2010. Disponível em: <http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/economic_briefs/2010/eb8_en.htm> Acesso em: jun. 2014.

LAPLANE, M.; SARTI, F. Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90. **Texto para discussão** 629, IPEA: Brasília, 1999.

LINS, H. N. Diálogo com o debate sobre o papel do Estado nacional na globalização. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, no. 37, p. 97-118, 2014.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Brazilian Journal of Political Economic**, v. 28, no. 1, p. 72-96, 2008.

MTE. **Ministério do Trabalho.** Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/>> Acesso em: 20 set. 2016.

OLIVEIRA, G.; TUROLLA, F. Política econômica do segundo governo FHC: mudanças em condições adversas. **Tempo Social – USP**. São Paulo, v.15, no. 2., p. 195-216, Nov., 2003.

PAIM, B. O comportamento dos créditos público e privado no Brasil, de 2004 a 2011. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, no. 2, p. 33-44, 2013.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.** Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>> Acesso em: 30 ago. 2016.

SOUZA, R. P. **As transformações na cadeia produtiva do leite e a viabilidade da agricultura familiar: o caso do sistema CORLAC (RS).** Porto Alegre, 2007. 136p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SUZIGAN, W. **A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial.** Sextas Jornadas Anuales de Economia, Banco Central Del Uruguay, 1991.

ZOCCAL, R.; GOMES, A. T.; CARVALHO, L. A. **O Agronegócio do leite: análise e perspectiva.** 2004? Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/04O252.pdf> Acesso em: 23 set. 2016.